DOSSIÊ

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E A MOBILIDADE SOCIAL DE SEUS BENEFICIÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) AND THE SOCIAL MOBILITY OF ITS BENEFICIARIES: A CASE REPORT

Welington Rodrigues Alves[21]
Waldemar Marques[22]

Submissão: 15/09/2017 Aceite: 14/12/2017

Resumo: As Políticas Públicas possuem papel fundamental na sociedade por garantirem determinados direitos de cidadania a grupos sociais específicos menos favorecidos. Este artigo baseia-se na análise dos impactos que o Programa Universidade Para Todos (ProUni) proporcionou aos seus beneficiários em termos de mobilidade social. A relevância deste estudo apoia-se na inexistência de uma cultura de avaliação/mensuração dos resultados das políticas públicas brasileiras em geral. Dentre os objetivos, destaca-se a identificação da ascensão socioeconômica e cultural no contexto de mobilidade social dos bolsistas do programa. Para tanto, a metodologia se constituirá de pesquisa bibliográfica e de campo com aplicação de questionários e entrevistas com egressos do ProUni em uma Instituição de Ensino Superior. Como trata-se de um projeto de pesquisa, espera-se encontrar dados compatíveis com ascensão socioeconômica e cultural positiva e melhoria da qualidade de vida dos bolsistas.
Palavras-chave: Ensino Superior; PROUNI; Mobilidade Social; Egressos; Políticas Públicas.

Abstract: Public Policies play a central role in society because they guarantee certain rights to specific disadvantaged groups. This article is based on analysis of the impacts that Programa Universidade Para Todos (ProUni) provided to its beneficiaries in terms of social mobility. The matter of this study is the lack of an evaluation culture of the results of public policies in our country. It intent to identify social, economic e cultural rise of the beneficiaries of this program on social mobility context. To do so, the methodology will include bibliographical and field research with application of questionnaires and interviews with ProUni graduates of a higher education institute. Because this is a research project, it is expected that the results show socioeconomic and cultural rise and improvement of quality of life of its beneficiaries.
Keywords: Higher Education; PROUNI; Social Mobility; Graduates; Public Policies.

[21] Especialista em Administração e Finanças. UNISO. w.ralves@hotmail.com
[22] Doutor em Educação. UNISO. waldemar.marques@prof.uniso.br

Introdução

A educação tem o papel primordial de criar e disseminar o conhecimento em prol do bem comum, por meio de ações e soluções para os diversos problemas da população. Moura (2003) afirma que a educação se constitui de um processo que se constrói ao longo da vida e contribui diretamente para formação dos indivíduos.

Complementando, Charlot (2001) define educação como o processo pelo qual o homem torna-se um ser humano, dotado de cultura e membro de uma sociedade, um indivíduo com sua história de vida.

Ainda, tem-se a educação como pilar fundamental para geração de transformações significativas relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico de qualquer nação.

Entre os níveis de organização da educação brasileira, encontra-se o nível de ensino superior, responsável pela qualificação de mão de obra, produção de conhecimentos úteis, tecnologias e inovação e que, por conseguinte, permitem o avanço da economia e melhoria nas condições de vida da população.

Entretanto, cabe ressaltar que além do caráter desenvolvimentista da educação, é inegável a sua extrema importância no contexto social de um país, visto que, o conhecimento adquirido no processo educativo torna-se essencial para a formação e emancipação dos indivíduos enquanto cidadãos ativos e responsáveis, possibilitando a construção de uma sociedade culturalmente elevada e justa, pautada pelos princípios da democracia e do bem-estar social e bem comum.

Neste sentido, garantir a educação a todos indivíduos de uma nação, torna-se indispensável para que o desenvolvimento socioeconômico e cultural possa ocorrer de um modo concreto e eficaz.

No entanto, é possível examinar que o contexto social brasileiro é marcado por grandes desigualdades, como alto nível de pobreza e vulnerabilidade da população, discriminação racial e de gênero, precariedade e

dificuldades de acesso ao ensino fundamental e médio, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, violência, analfabetismo, condições precárias de saneamento e saúde.

Diante disso, verifica-se que há diversos obstáculos para que as massas pobres tenham acesso a uma educação superior de qualidade, o que contribui fortemente para reforçar e assegurar que essas assimetrias sociais permaneçam no cenário social brasileiro. Diante desse cenário, as Políticas Públicas podem e devem contribuir para minimização dessas assimetrias sociais.

As Políticas Públicas são conceituadas por Laswell (1936/1958) *apud* Souza (2003) como o conjunto de decisões e análises que devem ser norteadas pelas respostas dos seguintes questionamentos: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Partindo dessa conceituação, Souza (2003) define que política pública é o mesmo que fazer com que o governo pratique determinada ação e seja capaz de analisar os rumos dessa ação, propondo melhorias e novas alternativas caso necessário e ainda, entender como e por que essa ação obteve aquele determinado resultado.

Deste modo, o processo de elaboração de política pública é onde o governo traz à luz suas intenções e objetivos por meio de programas e ações, visando o alcance de resultados, mudanças ou melhorias desejadas na sociedade. (Souza, 2003)

Ademais, verifica-se que as Políticas Públicas possuem papel fundamental na sociedade por garantirem determinados direitos de cidadania a grupos sociais específicos menos favorecidos e vem ganhando, nas últimas décadas, mais espaço no cenário das ciências políticas e administrativa. (Frey, 2000)

Assim, nota-se a importância das políticas públicas, enquanto ações para diminuir tais desigualdades e garantir o desenvolvimento do país de forma equilibrada e justa no que tange aos aspectos socioeconômicos e culturais.

Neste sentido, evidencia-se a importância da implantação de políticas públicas de democratização ao Ensino Superior, visando à diluição e minimização dessas desigualdades, a fim de se cumprir com o princípio da equidade, de modo a proporcionar condições para que os indivíduos se desenvolvam e sejam capazes de contribuir significativamente para com a sociedade.

Entre as políticas públicas que surgiram com a finalidade de democratização do ensino superior voltadas às camadas excluídas está o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), criado em 2004 e que passou a valer com a promulgação da lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. (Brasil, 2005)

Este programa é destinado a jovens egressos do ensino médio de escolas da rede pública ou da rede privada no regime de bolsistas integrais ou parciais com renda familiar per capita de até 3 salários mínimos. Desta forma, alunos recebem bolsas parciais ou integrais nas universidades privadas com ou sem fins lucrativos que, em contrapartida, recebem isenções de determinados tributos. (Ministério da Educação, 2017)

Segundo dados do Ministério da Educação, desde a sua criação até o segundo semestre de 2016, o Prouni permitiu o acesso de mais de 1,9 milhão de estudantes em cursos de graduação de nível superior, sendo 70% na modalidade de bolsistas integrais. Tais dados apontam a importância do programa na garantia ao acesso de jovens ao ensino superior que antes eram excluídos deste nível de ensino. (Ministério da Educação, 2017)

Entretanto, um ponto que deve-se observar na implementação de qualquer Política Pública é o seu ciclo de vida, que compreende-se pelas etapas de formulação, implementação e avaliação. A formulação diz respeito ao processo de construção do planejamento da política pública, ou seja, definição dos seus objetivos, como será executada, por quem, quem será beneficiado, entre outros aspectos; na implementação, a política pública será executada

conforme o planejamento (com modificações, caso necessário); e a avaliação, etapa final, deverá verificar, aferir e mensurar se a política de fato atingiu seus objetivos e alcançou os resultados esperados. (Laswell, 1962 *apud* Viana, 1996; Costa e Castanhar, 2003; Souza, 2003)

Neste contexto, Rua (2009) e Secchi (2009) definem Avaliação de Políticas Públicas como o instrumento utilizado para a mensuração dos resultados e verificação do desempenho das políticas e programas públicos, a fim de subsidiar e gerar informações para aas tomadas de decisão dos gestores públicos. Pode ser efetuada antes, durante e anos após a implantação das políticas e possui como objetivos principais auxiliar no planejamento das ações e estratégias governamentais, propor e efetuar melhorias no programas e políticas e proporcionar a melhor utilização e controle dos recursos empregados nas políticas públicas.

Além disso, é importante considerar que não basta implementar uma política pública que assegure o acesso ao ensino superior de indivíduos economicamente menos favorecidos, de modo que não se faça mensuração de forma sistemática dos seus impactos e contribuições aos seus beneficiários, a fim de constatar se tal política pública realmente atingiu os objetivos propostos.

No entanto, observamos uma fraqueza no cenário brasileiro em relação à Avaliação de Políticas Públicas, pois embora o assunto venha ganhando destaque, alguns estudiosos da área, relatam que os esforços realizados, ainda não são suficientes para implantar uma cultura de avaliação de políticas públicas, visto que, historicamente, no Brasil, nunca se houve a preocupação, por parte da administração pública em geral, em avaliar as políticas públicas e programas sociais. Pois, durante anos, todo o conhecimento técnico produzido no país esteve a serviço da busca de melhorias voltadas à etapa de formulação, deixando de lado a avaliação. (Costa e Castanhar, 2003)

Quanto ao processo de avaliação do Prouni enquanto Política Pública de democratização do ensino superior, têm-se poucos dados e informações. Pode-

se verificar que na lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o programa, o seu texto comtempla em quase sua totalidade a operacionalização do programa e que, somente no artigo 18, a avaliação do programa é mencionada de modo discreto, dispondo que: "O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa." (Brasil, 2005)

Ao consultar o site de transparência do Prouni, o SISProuni, pode-se constatar que a avaliação do programa consiste apenas em uma avaliação quantitativa de distribuição de bolsas por região, idade, sexo, entre outras variáveis. No entanto, não consta uma avaliação de cunho qualitativo, a fim de verificar se de fato e até que ponto a política pública pôde contribuir para mobilidade social e melhores condições de vida de seus beneficiários.

Neste contexto, Arretche (2003) apoiada no estudo de Melo (1999), afirma ainda que a área de Políticas Públicas no Brasil necessita de um cuidado especial por parte da produção acadêmica, pois embora os estudos tenham aumentado, ainda possuem a capacidade de pouca acumulação de conhecimento, concluindo ainda que, há muito o que se fazer na área.

Para tanto, o estudo em questão busca responder o seguinte questionamento: Quais os impactos e contribuições relacionados à mobilidade social que o Programa Universidade Para Todos trouxe aos seus egressos?

A partir de tais discussões, o presente estudo mostra-se relevante, pois por meio desta investigação, poderão ser identificadas quais as contribuições que o Prouni proporcionou na vida de seus beneficiários/egressos. Sobretudo, através da análise das mudanças e avanços serão levantados alguns aspectos crucias para a mobilidade social do indivíduo no contexto que se encontra inserido, tais como: empregabilidade, perspectivas de mundo, busca por melhores condições de vida, ascensão profissional, acesso à cultura, inserção em novos contextos sociais, aquisição de novas habilidades sociais, perspectiva de mundo, senso de propósito, percepção da importância do processo

educativo e a formação do indivíduo enquanto cidadão e contribuições para com a sociedade.

O Prouni em si está longe de resolver todos os problemas relacionados democratização e acesso ao Ensino Superior no Brasil. No entanto, não se pode desconsiderar que houve uma grande evolução em termos quantitativos do ingresso de estudantes de camadas marginalizadas a este nível de ensino no país. Tal acesso pode proporcionar não a garantia, mas a possibilidade de melhores perspectivas de vida a tais estudantes.

Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo geral identificar as contribuições e impactos que o Programa Universidade para Todos (PROUNI) proporcionou em termos de mobilidade social a seus egressos.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste estudo são:

- Levantar o perfil dos egressos beneficiários do PROUNI;
- Detectar até que ponto e se houve ascensão socioeconômica dos egressos bolsistas do PROUNI;
- Investigar quais as principais mudanças que ocorreram na vida desses egressos no campo cultural e perspectivas de melhoria de qualidade de vida;
- Analisar quais as principais dificuldades, caso existiram, encontradas por esses egressos na sua inserção no mercado de trabalho;

Procedimentos Metodológicos

Delineamento do Estudo

De acordo com seus objetivos, o estudo se constituirá em uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (2002, p.41), tem como principal papel "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais

explícito ou a constituir hipóteses". Ainda, as pesquisas exploratórias têm como objetivo o aprimoramento de ideias e até mesmo descoberta de intuições. (Gil, 2002)

Quanto à abordagem, a pesquisa será quantitativa e qualitativa. Para Fonseca (2002) na pesquisa quantitativa os dados podem ser quantificados, essa abordagem se pauta pelo positivismo, centrada na objetividade, considerando que a realidade só pode ser representada por números colhidos por instrumentos neutros, isentos e padronizados.

Já a abordagem qualitativa segue o enfoque pelo qual, segundo Moreira (2002), o pesquisador efetuará a interpretação do mundo sob a ótica dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A pesquisa qualitativa permite ainda, grande interação, interpretação sobre os fatos, atitudes e seus sujeitos. Os sujeitos, ou seja, as pessoas, enquanto objetos de pesquisa, não são pura e somente agentes interpretativos de sua história e seu contexto, elas também compartilham suas experiências por meio de trocas na interação com outros agentes em seu cotidiano.

A opção pelo método de pesquisa quantitativo deu-se pelo fato de que a pesquisa abordará sujeitos de um conjunto de indivíduos que compõe uma população e ainda que, alguns dados, serão coletados por meio da aplicação de questionários. Entretanto, o método qualitativo foi escolhido devido à possibilidade de interpretação e análises aprofundadas quanto à percepção, atitudes e comportamentos do pesquisado em relação ao tema abordado e que serão efetuadas entrevistas para coleta de dados.

Complementando, Fonseca (2002, p.20) alega que "a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente".

O Ambiente

O ambiente de estudo será Instituição de Ensino Superior (IES) caracterizada como Universidade Comunitária - modelo de universidade sem fins lucrativos, com ações educacionais de caráter social (Vannucchi, 2004) - situada no interior paulista.

A IES foi escolhida por ser uma instituição renomada e tradicional no interior paulista, além de ofertar diversos cursos nas áreas de humanas, biológicas, exatas e licenciaturas. Essas características trazem maior credibilidade ao estudo devido a representatividade da amostra para a realização do estudo. A confirmação do local da pesquisa se deu após receber o aceite da mesma por meio concordância e autorização do Pró-reitor Acadêmico.

Os Sujeitos

Os sujeitos incluídos na pesquisa serão: os egressos bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI) dos cursos de graduação da IES – cursos esses que ainda serão definidos – que tenham concluído a graduação entre os anos de 2012 e 2013. A amostra ideal para a realização da pesquisa é de 50 participantes. Desta amostra serão recrutados os egressos para a entrevista.

O primeiro critério de inclusão dos sujeitos na pesquisa procedeu-se com a opção por concluintes entre os anos 2012 e 2013, devido ao fato de se acreditar que, após três anos de graduado, o egresso já tenha efetuado a sua inserção no mercado de trabalho.

O segundo critério de inclusão, ou seja, a escolha dos cursos que comporão o estudo, foi baseado na relação entre os cursos que mais ofertam bolsas pelo Prouni e os que possuem maior procura. Ressalto que os cursos ainda não foram definidos, essa definição será efetuada somente após a concessão do acesso por parte da IES ao seu banco de dados.

Os egressos selecionados com base nos critérios de inclusão só participarão do estudo mediante a assinatura e autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Instrumentos de Pesquisa

Para a operacionalização do estudo serão utilizados dois instrumentos de pesquisa: no primeiro momento será aplicado um questionário e; em um segundo momento será efetuada uma entrevista por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado.

Cabe ressaltar que a escolha pelo instrumento de pesquisa questionário foi decorrente do fato de diminuir a possibilidade de influência do pesquisador nas respostas dos pesquisados, por possibilitar maior liberdade do pesquisado em suas respostas, além de permitir que o pesquisado o responda de acordo com sua disponibilidade. (Gil, 2002)

Já opção pela entrevista, foi devido ao fato da necessidade de colher dados qualitativos, como reações e comportamentos dos sujeitos, dificeis de serem captados por meio do questionário. Busca-se assim, a complementariedade dos instrumentos, a fim garantir a qualidade da pesquisa. (Gil, 2002)

Tanto o questionário quanto a entrevista, serão validados por especialistas da área da Educação. E ainda, para o questionário, será realizado um pré-teste para sua validação, visando garantir a qualidade das informações que serão coletadas bem como seu aperfeiçoamento.

Procedimentos da Pesquisa

Inicialmente será efetuada uma pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de literatura dos principais autores acerca do tema, tratando o objeto de estudo – a Educação Superior no Brasil e as políticas públicas de democratização ao seu acesso – com foco em quatro eixos principais: o

processo de formação da exclusão do ensino superior brasileiro, mobilidade social e educação superior, políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil e o Programa Universidades Para Todos (PROUNI).

Concomitante à pesquisa bibliográfica será efetuada a aplicação dos questionários com o universo dos sujeitos do estudo selecionados com base nos critérios e inclusão e exclusão. O questionário será encaminhado via *e-mail*, contendo um texto de apresentação esclarecendo quais os objetivos da pesquisa, bem como a sua importância e o TCLE que deverá ser assinado/validado pelo pesquisado. Somente serão aceitos os questionários que vierem acompanhados do TCLE devidamente assinado pelo respondente.

Após o recebimento das respostas dos questionários, será verificado quais respondentes se propuseram a participar da entrevista. Ressalto que haverá um campo no questionário, onde os respondentes irão assinalar que, por livre e espontânea vontade, estarão dispostos a realizar a entrevista). De acordo com esse retorno, serão agendadas e realizadas as entrevistas com esses participantes de acordo com a sua disponibilidade. Caso nenhum respondente se propuser a realizar a entrevista, será efetuado contato via *e-mail* com alguns egressos, convidando-os para a realização da entrevista, explicando a importância e objetivos deste instrumento para a conclusão da pesquisa. O local para a realização da entrevista será determinada sala de aula da Uniso, que será cedida de acordo com a disponibilidade e mediante autorização do setor de apoio da referida Universidade.

Materiais

Os materiais ainda serão selecionados para atender da forma mais eficiente o possível as intenções da pesquisa. Mas, de uma forma geral, serão necessários gravadores de som de alta qualidade para realização das entrevistas e uma ferramenta (*software*) para elaboração dos questionários que, *a priori*, será o Google Forms®, ferramenta disponibilizada pelo Google que permite a

criação de questionários e formulários estruturados de fácil envio e preenchimento.

Análise de Dados

Em posse dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários e realização das entrevistas, serão efetuadas as análises e interpretações acerca desses dados. Para tanto, os dados obtidos dos questionários, quantitativos, serão tabulados e dispostos em gráficos ou tabelas para posterior análise descritiva e estatística. Já para a análise das entrevistas, será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo.

Segundo Chizzotti (2006), a análise de conteúdo é uma forma de se interpretar o conteúdo de determinado texto por meio da extração de significados lexicais e semânticos, relacionando-se a frequência da citação de palavras, expressões e ideias em um determinado texto, com a finalidade de atribuir um peso ou relevância dentro do tema abordado ou estudado.

Tais análises serão efetuadas com base na bibliografia consultada e também por meio da categorização desses dados, analisando-se a consonância, constância, convergência e divergências das respostas obtidas na pesquisa.

Espera-se com isso identificar quais os impactos e contribuições que o Prouni proporcionou aos seus egressos em termos de mobilidade social. Após o término do estudo, será encaminhada uma cópia da pesquisa à IES pesquisada para sua apreciação. E ainda, será encaminhada uma carta ao MEC contendo os principais achados da pesquisa, assim como algumas sugestões de melhorias relacionadas à avaliação sistemática do Programa, bem como a sua importância para a manutenção e crescimento do Programa que hoje beneficia tantos jovens sem condições financeiras de arcar com seus estudos em nível superior.

Referências

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF,14 jan. 2005.

CHARLOT, Bernard. **Texto apresentado no II Fórum Social Mundial pelo Fórum Mundial de Educação**. Porto Alegre, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cézar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: Ipea, v. 21, p. 211-259, 2000.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LASWELL, Harold Dwight. **Politics**: who gets what, when, how. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

_____. The public interest. In: Friedrich, C. F. (ed.) **The public interest. New York**. Atherton Press, 1962.

MELO, Marcus André. "Estado, governo e políticas públicas", in Sergio Miceli (org.), **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995):** Ciência Política, São Paulo, Sumaré,1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. O Programa, 2017**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em: 16 de mai. 2017.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

MOURA, José Barata. Educação Superior: Direito ou Mercadoria? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v.8, n.4, p. 31-36, dez. 2003.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, CAPES: UAB, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** Conceitos, esquemas, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, mar./abr. 1996.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**. São Paulo: Loyola, 2004.